



Rio de Janeiro: memória e espaço portuário Rio de Janeiro: memory and harbor space

Icléia Thiesen

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Brasil

Resumo

Este artigo tem como foco a área portuária do Rio de Janeiro, traduzida nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, localizada na região central da cidade. A abordagem da pesquisa que originou o trabalho, interdisciplinar e interinstitucional, problematiza questões do espaço urbano e da memória nele construída e ressignificada por seus moradores. Analisa, ainda, a literatura produzida sobre o tema, pelos principais cronistas da história urbana, no sentido de indicar as transformações ocorridas na área portuária ao longo dos séculos, no duplo olhar dos historiadores e das pessoas comuns que sofrem os efeitos das mudanças urbanísticas nem sempre pautadas nos interesses das populações mais pobres da cidade.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; memória e história; espaço urbano.

Abstract

The main focus of the present paper is Rio de Janeiro's harbor area, expressed by neighborhoods such as Saúde, Gamboa and Santo Cristo, at the central area of the town. The research's approach that gave origin to this work, interdisciplinary and interinstitutional, shows points of the urban space, of the memory built in it and of the new sense given to it by its inhabitants. This paper also analyses the literature about this subject produced by the main tellers of the urban history, in the sense of showing the changes that have taken place at the harbor area along the centuries, under both sights: of the historians and of the common people who suffer the effects of urban changes that not always take into consideration their interests, it means, the poorest inhabitants of the city.

Keywords: Rio de Janeiro; memory and history; urban space.

Introdução

O projeto *Memória e História dos Bairros do Rio de Janeiro*, desenvolvido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em sua segunda etapa focaliza a área portuária da cidade, constituída pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, à luz das narrativas orais de seus moradores, ex-moradores e representantes de instituições localizadas na área em estudo. (1) Tem por objetivo principal caracterizar e analisar o papel desses atores sociais nos processos de construção e reconstrução da memória e do espaço, em relações tensionadas por disputas, interesses e alianças. (2)

A abordagem teórico-metodológica da pesquisa privilegia a História Oral temática, mas também analisa documentos produzidos sobre a experiência de vida na área portuária e a literatura publicada sobre temas afins. Os resultados contidos num conjunto de cinquenta e duas entrevistas evidenciam expressões múltiplas sobre o empobrecimento dos bairros, o conflito de interesses em jogo entre as políticas públicas e os moradores e a visível desterritorialização dos agentes sociais urbanos que lutam pela afirmação de sua identidade.

O presente trabalho, em sua primeira parte, abordará a caracterização das mudanças históricas ocorridas na região central do Rio de Janeiro, ao longo do tempo, da colônia à república, com o apoio dos cronistas que documentaram, em sua pena, o surgimento, a



transformação e a permanência de edificações e instituições que movimentaram a vida da cidade, entre o mar e a terra.

Na segunda parte, analisaremos a área portuária numa moderna concepção, qual seja, as mudanças das relações de trabalho entre marítimos e as atividades do porto a partir das grandes transformações na geografia da cidade, iniciadas pelo prefeito Pereira Passos, no início do século XX, com a construção da Companhia Docas do Rio de Janeiro. Enquanto a memória da cidade na Colônia, Império e início da República é uma construção de autoridades e literatos, excluindo e incluindo a população, esta pesquisa sobre a vida contemporânea nesses bairros trabalha com o conceito de memória social de moradores e ex-moradores da região portuária, enquanto memória coletiva construída e ressignificada ao longo do tempo, no espaço urbano que lhe dá ancoragem. Entendemos a memória como um movimento do tempo que faz com que o passado retorne no presente, de forma sempre seletiva, trazendo as marcas de permanências, mas também apagamentos, rasuras, esquecimentos.

Abordaremos, ainda, algumas visões socioespaciais de antigos moradores da área portuária do Rio de Janeiro, que ali construíram suas trajetórias de vida, relatadas em entrevistas que pontuam, num trabalho de reconstrução da memória social, concepções de pertencimento a um espaço que traduz relações de trabalho, local de moradia, de lutas políticas, do carnaval e do futebol, enfim, da cultura histórica da cidade. Essas memórias refletem, ainda, o empobrecimento e a degradação desses bairros, bem como os processos históricos e renitentes de exclusão social de moradores, que hoje sobrevivem com baixas aposentadorias, em luta contra o desemprego, a violência e a miséria, num contraste evidente com a memória histórica da região nos períodos colonial e imperial.

Terra, mar e autoridades: memória documental da cidade

Tratando-se de um trabalho sobre memória, introduz-se no cenário da cidade, juntamente com a geografia e o aporte econômico, a população que vive e constrói esta *urbe* desde o século XVI. Essas duas categorias, população e tempo, articulam-se no espaço descoberto, disputado, ocupado, transformado, construído e reconstruído. São determinantes na caracterização da geografia, do desenho da paisagem constituída de montanhas, florestas, pântanos, mangues, lagoas e ruas, nos recortes mais rendilhados e profundamente curvilíneos da Baía de Guanabara na Colônia, nos aterros, ocupações de morros e políticas higienistas no Brasil Império, com o ressecamento de lagoas e mangues como o Saco de São Diogo. Os desmontes de morros como o do Castelo (1999), o avanço sobre o mar, resultando numa ampliação do solo da cidade e diminuição dos recortes da Baía de Guanabara, o desaparecimento de praias, como a Praínha, o alargamento de ruas e abertura de avenidas, demarcam o espaço-tempo republicano, de maior impacto sobre as populações da cidade. A memória das populações do Rio de Janeiro colonial e imperial é pesquisada em documentos e na obra de memorialistas de cada período, enunciados no texto. A ausência de imprensa no Brasil colonial determina que procuremos apenas na documentação da época referências à situação dos habitantes, como veremos nos episódios das invasões da cidade por piratas franceses. Estudamos a obra de Antonio José o Judeu, único espaço onde a população pobre e rica da cidade da época se encontra representada.

Sobre a população escrava nesse período, sua visibilidade só é possível em registros oficiais do tráfico negreiro, da Igreja e da polícia. A partir da criação da imprensa no século XIX, literatos, principalmente cronistas, pintarão o cenário carioca com especial destaque para o colorido da população, retratando os costumes de época, onde avulta a população negra, principalmente nas atividades desempenhadas na rua, chamando a atenção para vestimentas e costumes lúdicos de escravos e ex-escravos.

As primeiras memórias do Rio de Janeiro, no século XVI, são impregnadas de observações sobre a bela, exótica e perigosa natureza da Baía de Guanabara e seus habitantes originais – os Tupinambás. Estrangeiros construíram a história das lutas entre portugueses e franceses, nas quais se inicia o extermínio das populações indígenas, também elas associadas às facções em luta, segundo a função desempenhada pela



guerra na sociedade Tupinambá, análise desenvolvida por Florestan Fernandes, no século XX, no livro *A função social da guerra na sociedade tupinambá* (1951). Os cronistas deste período, como José Anchieta (1560), André Thevet (1558), Jean de Léry (1578) e Hans Staden (1557), constroem a memória da terra descoberta, apontando a preocupação com lugares seguros para desembarque e procura de água potável. Em *De Gestis Mendi de Saa* - poema épico escrito em 1560, mas somente publicado em 1958, pelo Arquivo Nacional - o jesuíta José de Anchieta, recorrendo a Deus e considerando bestas endemoniadas os índios aliados de Villegaignon, enaltece as conquistas de Mem de Sá. Relata o grande feito da conquista do rio Carioca, em cujas margens habitavam "aqueles selvagens" (os Tamoios), chamando a atenção para o dia da vitória, quando o que desaguou no mar foi um rio de sangue.

Conquistado o manancial, foi possível aos portugueses a tomada da Ilha de Villegaignon, decidindo-se pelo estabelecimento da cidade no morro do Descanso, em 1567, onde construíram os prédios de administração e moradia das autoridades, além de Igrejas dos jesuítas e da Sé, cujo padroeiro foi São Sebastião. Acompanhando Mem de Sá, governador geral do Brasil, os jesuítas Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Luiz da Grã e Gonçalo de Oliveira, aí construíram o primeiro colégio da nova povoação.

Construindo no morro a Fortaleza de São Januário, a Igreja de São Sebastião e uma forte muralha, os portugueses teriam domínio sobre a entrada da Baía de Guanabara. No sopé do morro, denominado também São Januário, e, definitivamente do Castelo, destruído séculos depois, em 1922, os primeiros povoadores construíram suas moradias, tornando necessária a abertura das ladeiras da Misericórdia, do Castelo e da Sé Velha.

Num morro próximo, doado aos monges beneditinos e que passou a ser chamado Morro de São Bento, construiu-se o mosteiro de São Bento, também fortificação, que participaria, com o Morro do Castelo, da defesa do cais construído na praia entre esses morros, no inicialmente denominado Terreiro do Ó - pátio em frente à pequena capela dedicada a Nossa Senhora do Ó -, posteriormente terreiro ou Largo do Carmo, Praça D. Pedro, e, finalmente Praça XV, nome dado pela República em homenagem a sua proclamação em 15 de novembro de 1889.

Em meados do século XVII os vereadores da cidade entraram em questão contra os carmelitas, que haviam construído seu convento na antiga capela de Nossa Senhora do Ó a eles doada com o Pátio original. Embora não conseguindo leiloar todo o Largo do Carmo, construíram o edifício que serviria à Câmara e Cadeia Pública, a Fazenda Real, a Casa da Moeda e os Armazéns Reais.

Era a configuração do que chamaríamos hoje primeira área portuária do Rio de Janeiro, na qual se construiu o mercado municipal e surgiu a rua Direita, atual Primeiro de Março, ligando o morro do Castelo ao morro de São Bento. Principal via comercial do período, ali se situavam grandes armazéns do tráfico de escravos e de outros produtos de importação e exportação. A partir desse primeiro porto o Rio de Janeiro se desenvolvia, recebendo o largo, em meados do século XVIII, muitas obras públicas, como a remodelação dos Armazéns Gerais e Casa da Moeda, transformados em sede do governo da capitania do Rio de Janeiro e, em seguida, do vice-reinado. Nesse período se inicia a reconfiguração da geografia da cidade, com aterro do mar, para se construir o novo cais, no governo de D. Luis de Vasconcelos (1779 - 1790), que também instalou o chafariz projetado por mestre Valentim, até hoje um marco na Praça XV.

O século XVIII, além desses melhoramentos, possíveis pela abertura do caminho novo para as Minas Gerais, em 1709, que transformou a cidade em porto de exportação de ouro e pedras preciosas para Portugal, também mostrou a fragilidade de uma cidade exposta pelas numerosas enseadas da Baía, como Gamboa, Saúde e Praínha, principalmente após o ataque de Duguay-Trouin, pirata francês que ali aportou em setembro de 1711. Nas memórias escritas por esse invasor, no Diário de Du Plessis-Parseau, guarda de marinha de um dos navios da frota francesa, na carta do Senado da Câmara, na do governador do Rio de Janeiro - coronel Francisco de Castro Moraes, e no Manuscrito da Ajuda, tem-se, em ricas descrições, o perfil de uma próspera cidade, com belas edificações e 4 fortalezas demarcando o perímetro urbano: Santiago, São Sebastião ou do Castelo, Santa Luzia e São Bento, além do convento de Santo Antônio,



também com fortificações. A Baía era defendida pelas fortalezas Santa Cruz em Niterói e São João no Rio de Janeiro, além das baterias da Ilha de Villegaignon e da ponta do Gragoatá.

Elaborando a história da cidade no século XIX, cronistas como Baltazar de Mendonça, Pizarro, Joaquim Manoel de Macedo e o Padre Perereca entre outros, demonstram a relação estreita entre o desenvolvimento urbano e a construção, em pontos diferentes da Baía, de cais para atracação. Além dos navios de grande porte do comércio exterior, médias embarcações eram usadas no transporte de produtos do Recôncavo e do interior fluminense e pequenas embarcações serviam no transporte de pessoas entre as ilhas e a cidade, além da importância primordial na economia de subsistência dos pescadores.

Com o enriquecimento proporcionado pelo intenso comércio, inicia-se a preocupação com os aspectos de saúde da população, considerando-se o tipo de solo, espaço físico e o clima do Rio de Janeiro, aberto à propagação de doenças trazidas pelos passageiros dos navios estrangeiros, principalmente os de escravos desembarcados no centro da cidade, confinados nos armazéns onde eram leiloados. Segundo o historiador Nireu Cavalcanti (2004, p. 192),

os vereadores da cidade do Rio de Janeiro levantaram a suspeita de que o comércio de escravos recém-chegados da África, que ocorria em lojas espalhadas pela cidade, situadas principalmente nas ruas principais, como a rua Direita, ocasionava o surgimento de focos geradores de doenças epidêmicas que acometeram a população como a bexiga, o escorbuto, a sarna, a erisipela, as manchas de pele e outras.

Afirmava-se que os navios aportados traziam passageiros com sífilis, pestes. Numa primeira política higienista para a cidade, os vereadores, na sessão de 14 de janeiro de 1758, proibem o comércio de escravos novos nas ruas principais, como a rua Direita, acórdão contra o qual recorreram os comerciantes de escravos, questão que se arrastou até o governo do Marquês do Lavradio (1769-79). Ainda em 1766, houve denúncias da permanência de mercado de escravos na rua Direita. A polêmica se resolve com a determinação do Marquês do Lavradio, que ordena o encerramento dos recursos impetrados pelos comerciantes de escravos, obrigando-os a se transferirem para o Valongo, local designado pela Câmara para esse comércio, há muitos anos. Assim se estabelece uma divisão de mercado por região da cidade. Os escravos, registrados na Alfândega, eram transportados para os mercados do Valongo em torno do qual se desenvolveria, em terminologia atual, uma outra área portuária no Rio de Janeiro.

Por trás dos Morros do Livramento e da Conceição, tinha-se aberto, no início do século XVIII, um caminho para as praias – o caminho do Valongo, onde se estabeleceria o novo comércio a partir de 1758. A Praia do Valongo, pertencente à Freguesia de Santa Rita, faz parte do Valonguinho, local onde funcionavam os Armazéns da Fazenda Real, armazéns de venda de escravos, grandes trapiches da cidade e uma fábrica de cordas.

Ricos comerciantes construíram luxuosas residências, projetando o perímetro urbano para além do morro de São Bento, com o povoamento intensivo da Praínha, Gamboa e Morro da Saúde e circunvizinhanças ligadas, como Praínha e Saúde, por aterros. Longe está o tempo das esparsas taperas habitadas por pescadores espalhados nas praias do sopé dos morros.

Descrevendo essa região naquele período colonial, Pinheiro e Rabha (2004, p. 16) assim se expressaram:

Caprichosa era a orla que iniciava tão logo se ultrapassasse o estreito canal que separava a Ilha das Cobras do Continente e se rumasse em direção ao oeste. Uma sucessão de morros, morrinhos e morrotes, ou um serrote, resultado de uma dobra tectônica, que se elevava a não mais de 100 metros acima do nível do mar, conhecidos como os morros de São Bento, da Conceição (antigo Padre Salsa), do Livramento, da



Saúde, da Providência (antigo Paulo Caieiro), da Gamboa, do Pinto e de São Diogo. Entre eles e as águas da baía, apenas estreitas passagens planas, formadas por minúsculas praias e amplos alagadiços.

A importância do porto do Valongo, adaptado ao maior calado dos navios no século XIX, é atestada pelo desembarque, em março de 1843, da princesa dona Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II. Trinta e seis anos após o desembarque da família real portuguesa no cais do largo do Carmo, em 1808, apenas médias e pequenas embarcações se espalhavam na baía entre os morros de São Bento e do Castelo, local de comércio da capital do império com as cidades do interior, que exportavam e importavam produtos através de rios que desembocavam na baía. Em frente à Candelária, numa referência a suas funções, ficava o Cais dos Mineiros, onde atracavam embarcações de Magé, Campos, Minas Gerais e de todo o interior. Os barcos pesqueiros se concentravam no pedaço de mar em torno do Cais Pharoux, embarcadouro atualmente utilizado pelas barcas de passageiros de Niterói, Praça XV, Ilha de Paquetá, projetando-se ligação com a Ilha do Governador.

A memória popular na crônica do Rio de Janeiro

Os documentos oficiais dos portugueses e da frota de Duguay-Trouin, deste principalmente, se referem à população como turba e ralé. A expedição de vingança e saque por ele comandada, bombardeando e incendiando a cidade, apesar da resistência imposta pelo fogo das fortalezas, mostra uma população em pânico, diferentemente da invasão de Duclerc, combatido principalmente pelos moradores que se entrincheiraram nos fortes, igrejas e ruas, derrotando os invasores.

Vitorioso, Duguay-Trouin descreve com pormenores o fausto dos prédios governamentais e das igrejas, equiparando-as às construções da Europa, não esquecendo de mostrar a forte presença do Tribunal do Santo Ofício, cujos inquisidores mantinham abarrotadas as prisões dos jesuítas. Essa repressão assinalada pelo comandante francês, como mais poderosa do que a exercida na Europa, talvez explique o silêncio sobre a população e suas manifestações. A hipótese se confirma pela condenação à fogueira, em 1705, do teatrólogo carioca, o cristão novo Antonio José da Silva o Judeu, cujas peças são a única representação do cotidiano do Rio de Janeiro no século XVIII, com seus tipos populares e a crítica aos hábitos das camadas ricas da sociedade. Proibida sua representação, o silêncio sobre os pobres se instaura.

A transformação da cidade em sede da corte Imperial a partir de 1808 atenua o poder repressor da igreja, possibilitando expressão mais livre dos intelectuais, transformando o século XIX num período de emergência da população como atores da vida urbana da capital do Império Lusitano, pela crônica e os romances de intelectuais como Manuel Antônio de Almeida (1978), Aluizio Azevedo (1998), Luiz Edmundo (1957), João do Rio (1986), Lima Barreto (1956 a e 1956 b, 1970, 1999, 2001).

Nessa literatura, escrita em parte em folhetins, lugares significativos para os pobres, como a Pedra do Sal (divisa do Valongo com o morro da Conceição), cemitério dos pretos novos (na antiga rua do Cemitério, depois Harmonia, atualmente rua Pedro Ernesto) e a casa da Tia Ciata – na antiga Praça Onze, são tornados ícones da cidade, marcos da cultura popular, exaustivamente estudada, no século XIX, por Melo Moraes Filho. Escrevendo sobre folclore, carnaval e festas religiosas e profanas, o então diretor do Arquivo da Cidade constrói a memória carioca evidenciando a importância da região central do Rio de Janeiro, principalmente a zona em torno do Cais do Valongo, para caracterizar a singularidade de suas manifestações culturais, constitutiva da maneira carioca de ser.

Ali se teriam organizado os primeiros ranchos (Cavalcanti, 2005) e surgido o samba carioca, com João da Baiana, Donga e Pinxinguinha reunidos na Pedra do Sal e nas festas da Tia Ciata. Segundo esse estudioso, referência obrigatória nas produções acadêmicas sobre memória social do Rio de Janeiro, nessa região teriam surgido os capoeiras, setores mais pobres da população que, habitando os morros e o litoral, entre o morro de São Bento e a Bica dos Marinheiros, ocupavam as regiões não urbanizadas da cidade.



Das estratégias de sobrevivência das camadas populares, teria surgido a malandragem carioca.

João do Rio se refere ao encantamento das ruas do Rio de Janeiro com seus pórticos, fontes, esquinas e largos com belos altares de devoção, mas principalmente pela presença negra e mestiça representada pelos artesãos, carregadores, comerciantes ambulantes e festeiros aproveitando as pausas de trabalho com cantos e danças, vestidos com cores vistosas. Os mais comoventes para ele são os assobiadores e tocadores de realejo.

Lima Barreto registra os mecanismos de inserção de negros e mulatos na sociedade do fim do século XIX, início do século XX, com amargura e ironia, pela concessão da elite local aos hábitos modernizantes da Europa, que ele denominou de bruzundangas. Era a avassaladora ideologia da ordem e do progresso tentando, com as idéias republicanas, transformar o Rio de Janeiro numa *urbe* equiparável à feição moderna e arrojada exigida pelo avanço tecnológico da virada do século.

Novas referências, outras memórias

Em 1902 Pereira Passos, empreendendo a reforma da cidade, que deveria renovar-se segundo uma espécie de *imprimatur* europeu, especialmente a Paris de Haussman - referente emblemático da idéia de civilização - trazia em seus planos os objetivos de sanear e modernizar a cidade, viabilizando a atração de imigrantes e do capital estrangeiro, conforme proposta do presidente Rodrigues Alves (1902-1906).

Um dos principais alvos dessa reforma foi, sem dúvida, o porto do Rio de Janeiro, o mais importante do país, prioridade e ponto de partida de um projeto maior de metropolização pensado em três frentes: o saneamento da cidade, a reforma urbana e a modernização do porto (Sevcenko, 1998, p. 22). Palco de surtos de doenças, a cidade procura apagar o que era visto como *marcas do atraso* que afugentavam os estrangeiros e vitimavam sua população.

Visando potencializar as transações comerciais crescentes e o fluxo de mercadorias, decidiu-se promover uma reforma urbana que teve como alvo principal as construções da área central - não por acaso onde se concentrava maciçamente a população pobre, "um contingente de pequenos comerciantes, artesãos, operários, biscateiros e desempregados..." (Lamarão, 1991, p. 143) - objeto de intensas demolições, nada mais restando senão a ocupação dos morros da cidade, dando início ao processo de favelização, inaugurado no morro da Providência ou a busca de moradia nos cortiços, nas estalagens e nos longínquos subúrbios cariocas, tão distantes dos locais de trabalho. As populações de baixa renda, especialmente as classes trabalhadoras, são diretamente afetadas pelo desequilíbrio entre a baixa disponibilidade e a forte demanda de moradia (Rocha, 1995).

A chamada "era das demolições" foi percebida pelas elites cultas como "regeneração" da cidade capital do país, que ora civilizava-se, simbolizada pela construção da Avenida Central, enquanto a população atingida pelas intervenções, conforme assinalado por Sevcenko (1998), sofria com a brutalidade das autoridades a febre do "bota-abaixo".

Nesse processo de apagamento dos traços coloniais, o Rio de Janeiro, num curto espaço de tempo, realiza o projeto das elites dominantes e imprime novas formas identitárias, referenciadas por diferentes sentidos de pertencimento tensionados entre o coletivo e o individual, entre o antigo e o novo, o passado e o presente.

A área portuária do Rio de Janeiro assim se configura a partir do período das grandes reformas urbanas ocorridas de 1904 a 1911, quando passa a desempenhar funções portuárias especializadas, sob a supervisão do Estado, "num momento em que essa função atingia um patamar técnico superior na escala da modernização capitalista", época em que também a totalidade urbana é redefinida (Lamarão, 1991, p.13). Sanear a cidade a qualquer preço é parte de um plano maior direcionado não apenas para modernizar o porto, reconstruído artificialmente em grandes áreas aterradas na baía de Guanabara, mas para reformar a cidade insalubre. Lamarão explica, ainda, que ruas e avenidas foram abertas sobre essas áreas aterradas, onde se ergueram grandes armazéns e foram instaladas linhas férreas.



Nessa nova configuração, onde a distância das encostas em relação ao litoral tornam-se bastante extensas, há como que “uma certa especialização espacial”, tornando-se “o cais do Porto lugar de trabalho e os morros e imediações como o espaço da moradia, zonas residenciais que ainda aglutinavam um grande contingente de trabalhadores portuários” (Lamarão, 1991, p. 14), atraídos pelas oportunidades de trabalho, na esteira dos planos de modernização do país sob o controle de uma nova burocracia em cujos quadros encontravam-se engenheiros, médicos e urbanistas.

Mudanças profundas nas formas de trabalho, nas comunicações e nos transportes, nas habitações e apropriações do espaço urbano, de impacto também simbólico, configuradas historicamente, produziram assim novas formações identitárias, com conseqüências na vida cotidiana e na crônica da cidade.

Nesse sentido, o deslocamento violento desses habitantes indesejados, a proibição dos cultos africanos e das práticas culturais, inclusive a capoeira, o samba, a política sanitária marcada pela forma autoritária com que foi implementada, trouxeram impactos decisivos na memória construída em interações sociais, impedida de se conservar e transmitir, em sua potencialidade, a partir de um passado comum. O espaço da *urbe* drasticamente transformado nesse período, bem como as mudanças tecnológicas e espaciais posteriormente efetuadas na área portuária, ao longo das últimas décadas, colocam desafios às novas configurações da cidade móvel, situando a vida cotidiana entre a permanência e a mudança, numa luta sistemática pela preservação de lugares referenciados ao passado socialmente construído. É no âmbito das relações sociais que o espaço adquire sentidos e significados para moradores e ex-moradores da área portuária. Muitos de nossos entrevistados rememoram as mudanças ocorridas na cidade e, em especial, nos bairros que constituem seus locais de moradia – Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Utilizando referências espaciais e lugares de memória emblemáticos, conferem valor e qualificam o tempo em que esses bairros desempenharam papel importante na história. Daremos atenção, neste trabalho, ao bairro da Saúde.

No morro da Conceição, encontramos um discurso portador de marcas do orgulho de pertencer àquele local, onde está situada a igreja da santa padroeira, N.S. da Conceição. Em torno dela se ritualiza a festa anualmente, no mês de dezembro, produzida por moradores vizinhos, que se mobilizam, discutem e brigam durante o processo, para se conciliarem na procissão que percorre as ladeiras e as ruas estreitas com seus nomes singulares: Rua do Jogo da Bola, Ladeira do Escorrega, Ladeira João Homem, entre outras. Face à chegada das drogas e da violência que a acompanha, hoje os moradores se esforçam para manter a tradição da festa, já bastante esvaziada. Outro fator que tem trazido conflito sistemático, segundo os moradores, é a presença de outras opções religiosas – os chamados “crentes”, que buscam o enfrentamento nos dias da festa, muitas vezes causando tumultos e o encurtamento de sua duração, segundo diversos depoimentos. Não se deixa de promovê-la, mas abreviam-se os rituais.

A solidariedade entre os moradores mais antigos ressalta nas falas dos entrevistados. O cotidiano no *morro* – que fazem questão de distinguir de *favela* – é vivenciado com as dificuldades de meios de transporte, do comércio escasso e da “invasão” de carros que, durante o dia, estacionam nas ruelas da Conceição. No entanto, aqueles que permaneceram no bairro afirmam o afeto que têm pelo lugar onde nasceram, casaram, criaram seus filhos e mantiveram suas moradias, hoje reformadas sem a preocupação com as características originais. Diante das exigências de preservação das fachadas, levadas a efeito pela prefeitura, sem a disponibilização dos recursos correspondentes, os moradores se reuniram e se recusaram a refazer obras já efetuadas, por não se submeterem à aceitação de empréstimos que viriam a lhes trazer imensos transtornos, já que sobrevivem com poucas aposentadorias.

Segundo depoimentos colhidos no alto da Conceição, outra denominação da área, os projetos de revitalização promovidos nos últimos anos pelas autoridades municipais são vistos com cautela. Após sucessivas reuniões com representantes do poder público, os moradores procuraram entender a proposta de valorização do patrimônio urbanístico sobre o qual se instituiu uma aura mágica de valor, mas que os moradores consideram secundário em relação às antigas escolas que foram demolidas, onde eles e seus filhos



estudaram: "botaram tudo abaixo", assinalou uma entrevistada. Seu marido, por outro lado, conta a saga que amantes do futebol vivenciaram para preservar o campo onde mantinham uma significativa rede de sociabilidade masculina, nas décadas de 70 e 80 do século passado, apropriado pelo exército, que desconheceu os incontáveis pleitos dos moradores nas inúmeras tentativas de reversão do processo.

A população do morro da Conceição, outrora constituída de muitos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, que aportavam na região portuária no início do século XX, em busca de trabalho na *estiva*, hoje se configura de raros remanescentes desses países, sendo expressiva a presença de migrantes nordestinos, que ali chegam em levas, constituem famílias e, tanto quanto possível, mandam buscar familiares que ficaram em suas cidades de origem. Esse grupo mantém uma relação ambígua com os antigos moradores, que contra eles dizem nada ter, mas que, no dia a dia, preferem manter-se distantes. "É uma *nordestinada*", afirma uma moradora.

As relações de alteridade no morro são construídas em conflitos cotidianos, tendo como referência um passado histórico, materializado nos monumentos, como a Fortaleza da Conceição, o Palácio Episcopal, a Ladeira do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo João da Baiana, a igreja da padroeira, as ruas e ladeiras, um local onde o tempo não passou para os que observam de fora. Entretanto, para os moradores, numa visão saudosista, "antes era muito melhor. Agora tem essa violência...". Entre um "tempo em que todos se conheciam e éramos uma grande família", e a paisagem atual, com as mudanças da cidade em movimento, novas configurações identitárias se evidenciam, fazendo com que os moradores continuem buscando caminhos de convivência que se alternam nas lutas diárias pelo chão e o pão de cada dia, recriando o espaço, e nele imprimindo novos significados.

Notas

- (1) As idéias ora desenvolvidas neste artigo foram apresentadas ao IV seminário *Memória e Contemporaneidade*, realizado na UNICAMP, de 8 a 10 de junho de 2005.
- (2) Esta etapa da pesquisa foi finalizada com a publicação de *Vozes do Porto: memória e história oral*, coletânea organizada por Icléia Thiesen, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros e Marco Aurélio Santana. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.. Anteriormente a pesquisa focalizou o bairro da Urca e hoje analisa o bairro de Santa Teresa.

Referências

- Almeida, M. A. (1978). *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Ediouro. (Original publicado em 1854)
- Anchieta, J. (S. J.). (1958). *De Gestis Mendi de Saa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Originais manuscritos em 1560)
- Azevedo, A. (1998). *O cortiço*. São Paulo: Editora Ática. (Original publicado em 1890)
- Barreto, L. (1956a). *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1953)
- Barreto, L. (1956b). *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1923)
- Barreto, L. (1999). *O subterrâneo do morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes. (Originais publicados no Correio da Manhã em 1905)
- Barreto, L. (1970). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ed. Brasiliense. (Original publicado em 1915)



- Cavalcanti, N. (2004). *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade: da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Cavalcanti, N. (2005). Memórias de alegria: o Rio de Janeiro na folia dos ranchos (1893 – 1911). Em I. Thiesen; L. Barros & M. A. Santana (Orgs.). *Vozes do porto: memória e história oral* (pp. 81-110). Rio de Janeiro: DP&A.
- Chauí, M. (1997). Comentários. *Subjetividades contemporâneas*, 1(1), 18-25.
- Edmundo, L. (1957). *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 2a ed. Rio de Janeiro: Conquista.
- Fernandes, F. (1970). *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2ª.ed. São Paulo: Livraria Pioneira;EDUSP.
- Lamarão, S. T. N. (1991). *Dos trapiches ao porto: Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
- Léry, J. (1941). *Viagem à terra do Brasil*. (S. Milliet, trad.). São Paulo: Livraria Martins Editora.
- Pinheiro, A. I. F & Rabha, N. M. C. E. (2004). *Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade*. Rio de Janeiro: Andréa Jacobson Estúdio Editorial.
- Rio, J. (1986). *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade.
- Rocha, O. P. (1995). A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Em L. A. Carvalho. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- Sevcenko, N. (1998). O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. Em N. Sevcenko (Org.). *República: da Belle Époque à era do rádio* (História da vida privada no Brasil, vol. 3). São Paulo: Companhia das Letras.
- Staden, H. (1978). *Dois viagens ao Brasil*. (G. Carvalho França, trad.). São Paulo: EDUSP/ Itatiaia. (Original publicado em 1557)
- Thevet, A. (1944). *Singularidades da França Antártica*. (E. Pinto, trad.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Thiesen, I.; Barros, L. O. C. & Santana, M. A. (Orgs.). (2005). *Vozes do porto: memória e história oral*. Rio de Janeiro: DP&A.

Nota sobre as autoras

Icléia Thiesen é museóloga, bibliotecária, mestre e doutora em Ciência da Informação (UFRJ), professora associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordena a pesquisa Memória e História de Bairros do Rio de Janeiro. Tem pós-doutorado em Ciência da Informação na Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França (2007-2008). Contato: icleiathiesen@gmail.com



Luitgarde Barros é antropóloga, mestre e doutora em Ciências Sociais (Antropologia), na PUC/SP, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem pós-doutorado em Antropologia na UNICAMP (1998-1999) e pós-doutorado em Ciência da Literatura na UFRJ (2006-2008). Contato: luitgarde@globocom.com

Data de recebimento: 28/01/2007

Data de aceite: 10/10/2008